

Universidades Lusíada

Pereira, Bruno Carvalho

A importância da segurança pública no bem-estar do Estado

<http://hdl.handle.net/11067/8104>

<https://doi.org/10.34628/CQXF-8Y71>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

Num momento de tamanha efervescência, cheio de dúvidas e receios na geopolítica e geoeconomia, a segurança ganha mais expressão e valor, tornando-se um ativo ainda mais essencial no plano do investimento e atratividade, quer doméstica quer, sobretudo, estrangeira. A segurança passa a ser vista como uma marca de qualidade que pesará, como nunca, na decisão daqueles que se querem afastar de climas de risco e imprevisibilidade. É neste âmbito que perpassamos a nossa análise, pelos níveis de investi...

On this moment, with such a high instability, filled with doubts and fears in all around geopolitical and geoeconomic terms, security wins more expression and value, becoming an equity even more essential regarding investment and attractiveness, either domestic or, foremost, foreigner. Security stars to be seen as a quality brand that will influence, as ever, the decision of those who seek stability and peace either than risk or unpredictability. Our analysis goes through the levels of investmen...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 30 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T03:39:55Z com informação proveniente do Repositório

A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BEM-ESTAR DO ESTADO

THE IMPORTANCE OF PUBLIC SECURITY FOR THE WELL-BEING OF THE STATE

Bruno Carvalho Pereira

Subintendente da PSP

Mestre em Ciências Jurídico-Criminais

bcpereira@psp.pt

Orcid: 0000-0001-6094-9603

DOI: <https://doi.org/10.34628/CQXF-8Y71>

Data de submissão / Submission date: 17.03.2025

Data de aprovação / Acceptance date: 25.04.2025

Resumo: Num momento de tamanha efervescência, cheio de dúvidas e receios na geopolítica e geoeconomia, a segurança ganha mais expressão e valor, tornando-se um ativo ainda mais essencial no plano do investimento e atratividade, quer doméstica quer, sobretudo, estrangeira. A segurança passa a ser vista como uma marca de qualidade que pesará, como nunca, na decisão daqueles que se querem afastar de climas de risco e imprevisibilidade. É neste âmbito que perpassamos a nossa análise, pelos níveis de investimento que cada Estado Membro faz nas suas polícias, espelhando bem como Portugal, onde a segurança é hasteada como selo de qualidade, surge em contraciclo, apresentando dos indicadores mais baixos em toda a União Europeia. É daqui que surge a questão de ouro: até onde será possível preservar os níveis de segurança quando não se preserva quem, em primeira linha, a promove?

Palavras-chave: Segurança; Turismo; Salário; Investimento; Paz.

Abstract: On this moment, with such a high instability, filled with doubts and fears in all around geopolitical and geoeconomic terms, security wins more expression and value, becoming an equity even more essential regarding investment and attractiveness, either domestic or, foremost, foreigner. Security starts to be seen as a quality brand that will influence, as ever, the decision of those who seek stability and peace either than risk or unpredictability. Our analysis goes through the levels of investments of each member state in their security forces, mirroring and focusing the low level of caring that Portugal, where security is flagged overseas, shows regarding police salaries, with one of the lowest incomes of all the European Union. Therefore, it's reasonable to make a golden question: until when will it be possible to preserve these high security levels while their main promoters are so mistreated?

Keywords: Security; Tourism; Salary; Investment; Peace.

Quanto é que os Polícias auferem na União Europeia?

Muito se tem vindo a discorrer nestes últimos dias sobre a falta de atratividade que a carreira policial apresenta em Portugal, reclamando-se medidas urgentes para reverter um estado de progressiva decadência e deterioração da função policial, em especial nas Forças de Segurança. A dianteira é assumida pela PSP que ocupa, no panorama nacional, as zonas de maior risco e intensidade operacional, enfrentando conseqüentemente um maior desgaste físico e psicológico. De destacar que a PSP, em média por ano, tem mais de 2,5 milhões de intervenções com cidadãos sendo das instituições mais escrutinada do Estado.

A acrescentar a isso, os custos elevados de vida que enfrentam, sobretudo nas duas grandes áreas metropolitanas do país, que absorvem mais de 60% do contingente policial, e onde esses têm de passar, pelo menos, o primeiro terço das suas vidas profissionais, são fatores que influenciam de forma particularmente negativa a captação de novos polícias, forçando-os a optar por outras carreiras e modo de vida.

De um universo de 20.870 polícias, 3.718 têm a 31 de dezembro de 2023, 55 ou mais anos de idade, ou seja 17,8%. Em 5 anos, serão 7.087, 40%. Terá o Governo a capacidade de substituir mais de 7.000 polícias em 5 anos quando as escolas de formação mais recentes não ultrapassam a integração de 500 novos polícias?

É por isso que temos vindo a vincar a preocupação com este rumo, içando alertas sobre o estado actual da instituição e, em concreto, da sua aproximação para o precipício, para o abismo, reclamando a implementação de medidas urgentes que assegurem um *volte face* que ponha cobro a este desfecho catastrófico, para a PSP, mas [sobretudo] para a tão aclamada e desejada segurança do país. Se é verdade, e vários estudos o demonstram, que a atração e vin-

culação às organizações não se faz apenas por via do salário, coexistindo com uma série de outros fatores que agregam as pessoas às mesmas, não podemos ainda assim negar que o salário é o que ocupa, em todos eles, o primeiro lugar, daí a preocupação de constantemente lutarmos pela melhoria das condições salariais, sendo agora, como se sabe, tempo de incidir as negociações sobre a revisão das tabelas salariais, cumprindo-se não só um dos pontos firmados no acordo de julho passado, como prosseguindo uma das linhas programáticas inscritas do diploma das Grandes Opções do Governo para 2025-2028. É, pois, por isso, urgente e vital para que se consiga, como o Governo e o MAI pretendem, dar nova vida a uma carreira caduca, para que tenhamos, como outrora tínhamos, uma carreira almejada por muitos dos nossos jovens, estudantes e profissionais.

Antes de desenvolver a questão remuneratória, destacamos que nas organizações modernas existem alterações que não têm custos, antes pelo contrário, mas são fatores de atratividade e que poderiam potenciar a atratividade dos mais jovens na PSP:

1. Descentralizar competências consiste em distribuir o poder de decisão em diversos níveis da Organização, repartindo a função centralizadora da Direções, sediadas normalmente na capital, para as delegações, sediadas noutros locais, reduzindo a sua necessidade laboral e, consequentemente, de recursos humanos, normalmente deslocalizados das suas residências;
2. Desconcentrar (deslocalizar) serviços centrais para outras zonas do território nacional, mantendo a ligação hierárquica às Direções, permitindo que a tecnologia faça o seu trabalho e os recursos humanos possam, mais uma vez, estar mais perto das suas residências;
3. Trabalho a distância, provavelmente, uma imagem que ficará para sempre associado ao período da COVID, por ter sido a medida imediata tomada pelas Organizações, mas que veio a tornar-se uma solução de sucesso, permitido que as Organizações continuassem o seu labor, potenciado ainda mais pelas evidências de redução do absentismo e do turnover, e

por terem descoberto, mesmo que forçadamente, que o trabalho pode ser desempenhado de forma eficaz fora do ambiente tradicional do escritório, com apoio de tecnologias e plataformas de colaboração digital.

A combinação destes modelos de organização do trabalho assume-se como um novo paradigma nas Organizações e na sua capacidade de atratividade, porque a base de recrutamento passa a ser verdadeiramente nacional, ou até mesmo internacional, baseada puramente no talento e nas competências, e não apenas em caprichos geográficos ou modelos obsoletos de gestão, profundamente castradores de agilidade e eficiência.

Apesar dos resultados, algumas organizações tendem a manter-se agarrados a princípios de organização trabalho do século XX. Mais difícil que procedimentos ou sistemas informáticos, os verdadeiros entraves e problemas ao desenvolvimento assentam na alteração da mentalidade, do *status quo*.

Quando abordamos a questão da atratividade e o papel da PSP no “tecido empresarial” português, não podemos, nem devemos esquecer a dimensão inclusiva e humanista que a PSP deverá assumir ainda mais. O Decreto-Lei n.º 29/2001 define um sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiências, excluindo as Forças de Segurança, no entanto, não sendo uma imposição legal, torna-se uma exigência ética integrar nos quadros da PSP pessoas com deficiências para certas funções policiais.

Mas vamos agora fazer um exercício de análise que talvez nos possibilite perceber, pelo menos em parte, o que nos fez chegar a este ponto crítico. E nada melhor que fazê-lo através de uma abordagem holística que envolva todos os países da União Europeia (adiante UE) tendo como base dados oficiais das próprias instâncias europeias, o primeiro dedicado à comparação salarial entre salários de polícias e inspetores e outro, desenvolvido por nós, centrado no peso que estes salários representam por comparação com os salários médios e mínimos de cada país.

Começando pela comparação entre os salários pagos aos polícias (com 35 de idade e 10 anos de serviço) por comparação

aos inspetores, fazendo-se aqui uma equivalência entre os salários nacionais que separam as Forças de Segurança (PSP e GNR) dos salários de serviços de segurança como a PJ.

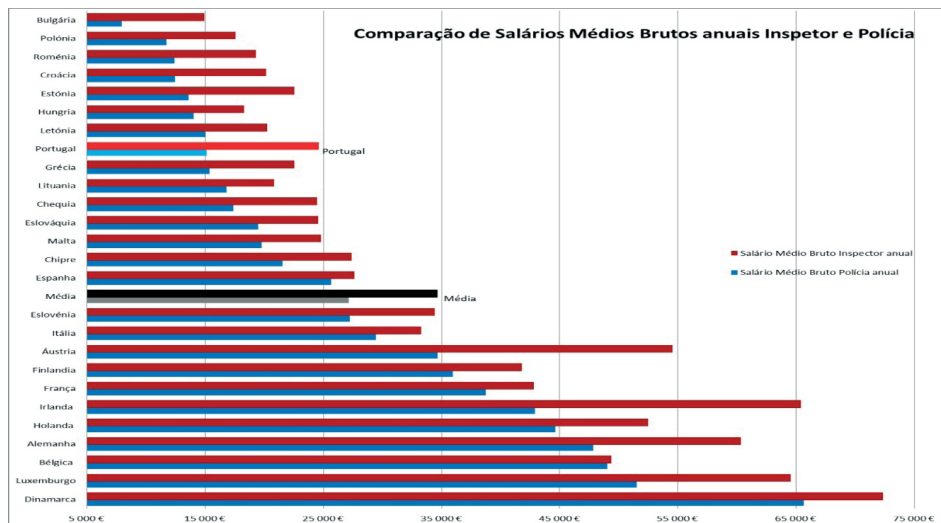


Figura 1– Análise comparativa dos salários brutos anuais entre polícias e inspetores na UE

Desta análise, e aparte as diferenças absolutas de salários que naturalmente existem entre países, o que interessa aqui destacar e reter é a diferença que existe entre salários, e neste domínio é por demais evidente que em Portugal a assimetria de salários entre polícias e inspetores é gritante, apresentando uma diferença de 62.4%, ocupando o 3.º país com maior diferença salarial, só suplantada pela Estónia com 65.6% e a Bulgária com 87.9%. É quase o dobro da média da UE que se cifra hoje nos 35.7%. Fica bem patente que existe uma diferença salarial de monta que explica bem o porquê das Forças de Segurança se confrontarem com problemas de atratividade, ao contrário da PJ que todos os anos tem, e muito bem, milhares de candidatos a querer ingressar nos seus quadros.

Mas vejamos agora o peso dos salários dos polícias por comparação com os salários mínimos nacionais de cada país.

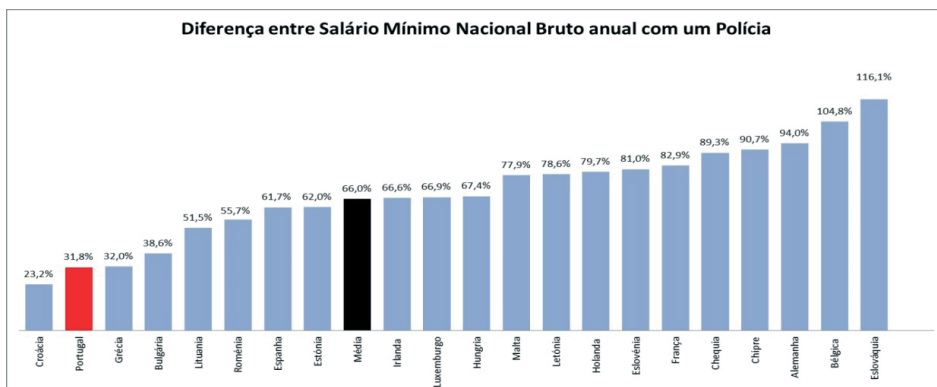


Figura 2 – Análise comparativa salário dos Polícias com o salário mínimo de cada país

Mais uma vez Portugal apresenta valores que ilustram bem a forma secundária com que sucessivos Governos têm vindo a tratar as Forças de Segurança, vindo a esbater progressivamente as diferenças salariais dos polícias em comparação com o valor do salário mínimo ao ponto de ocupar o penúltimo lugar do gráfico, com apenas 31.8% de diferença, com menos de metade da média da UE, e bem longe de países como a Alemanha (com 94%), da Bélgica (com quase 105%) e da Eslováquia (com mais de 116%). Fica bem claro a negligência das políticas públicas e das prioridades das governações, que têm vindo a atirar os salários das suas Polícias para valores bem abaixo de um limiar de dignidade, e sobretudo da dignidade que a maioria dos nossos irmãos europeus atribui às suas Polícias.

Se o cenário, nesta fase, roça já o dantesco, vejamos agora o peso relativo que o salário dos polícias representa quando comparado com o salário médio dos países da União Europeia.

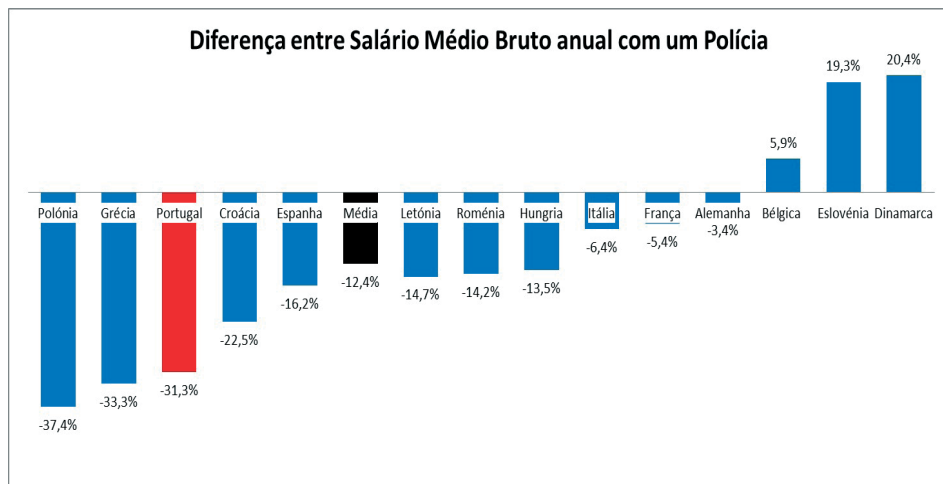


Figura 3 – Análise dos salários dos polícias com o salário médio bruto na EU

Como se esperava, o cenário não poderia ser melhor, ocupando Portugal a parte de baixo da tabela, com mais de 30% de diferença entre o salário de um polícia com a média salarial no país, ultrapassado pela Grécia com 33.3% e (estranhamente) pela Polónia com 37.4%. É bem verdade que são poucos os países a apresentarem valores médios positivos, todavia, a maior parte consegue figurar bem baixo da média verificada no cômputo global (- 12.4%), o que empurra Portugal [ainda mais] para um cenário ainda mais negro neste capítulo.

Essa diferença não se verifica por exemplo com os salários dos inspetores que fica ligeiramente acima do valor salarial acumulado médio, seguindo o diapasão de quase todos os demais países, com exceção, conforme figura 4, da nossa vizinha Espanha.

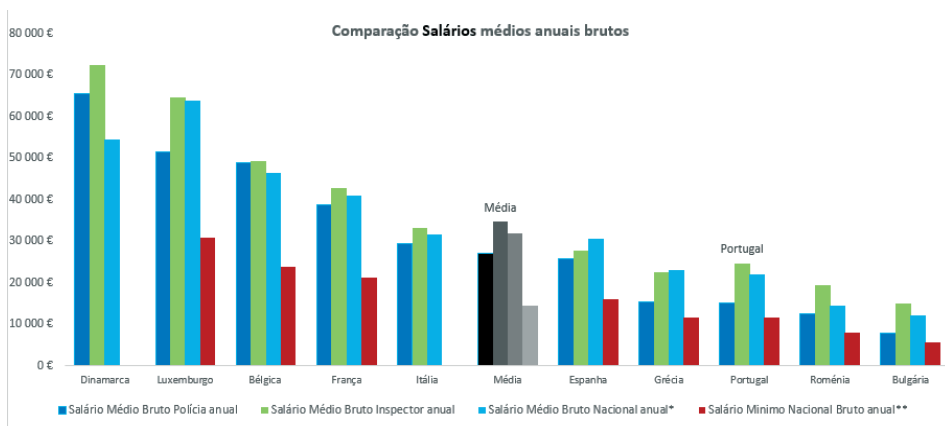


Figura 4 – Análise comparativa global

Da análise que fizemos fica bem exemplificada a diferença de tratamento que Portugal tem dedicado à valorização salarial das suas Polícias por comparação com a grande maioria dos países da União Europeia, dando ainda mais força e justificação à necessidade urgente de serem assegurados aumentos expressivos que permitam dar, se não mesmo recuperar, a dignidade que outrora estas tinham no panorama nacional, isto se quisermos verdadeiramente continuar a manter Portugal como um dos países mais pacíficos e seguros da Europa e, desta forma, continuar a perseguir o percurso de afirmação de Portugal como um país atrativo para visitar, para trabalhar, para investir e, sobretudo, para viver.

1. Qual é o valor da marca Segurança para Portugal?

E neste âmbito recordamos as palavras recentes do Ministro da Economia, o Dr. Pedro Reis que no podcast «Conversa Capital», da Antena 1, falava na necessidade de consolidarmos a marca Portugal como um porto seguro num mundo em efervescência e repleto de instabilidades de diversa ordem. Esta alusão parece estar alinhada com o discurso que este Governo tem vindo a sedimentar ao longo dos seus meses de governação, apostando forte, pelo menos no plano do discurso e das linhas programáticas, para o tema da Segurança. E não será por acaso, tendo em conta que Por-

tugal regista, segundo o *World Travel & Tourism Council*, o segundo maior valor de retorno económico por via do turismo em toda a Europa, com quase 20% do seu PIB, só ultrapassado pela Croácia com mais de 25%, sendo um dos maiores do mundo. Aliás, não será certamente por mero acaso que Portugal ocupou, este ano, o 15.º destino mais pacífico para visitar no mundo, segundo o *Hellosafe Index 2024*, entroncando no bastamente invocado *Global Peace Index*, onde Portugal ocupa um confortável 7.º lugar, ainda que tenha vindo a descer paulatinamente nos últimos anos.

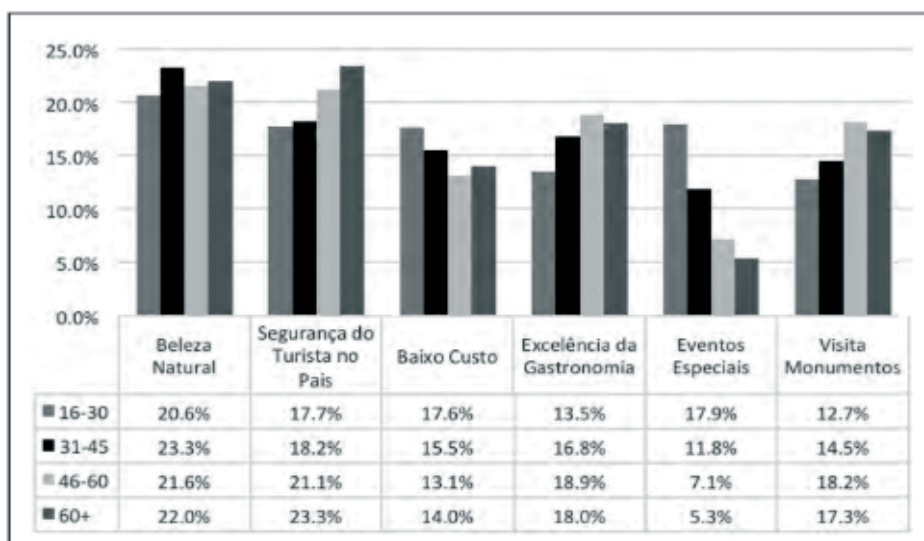
No plano dos riscos e ameaças, com uma análise alargada a fatores de instabilidade, segundo o *Security Threats Index do Global Economy*, Portugal ocupa um dos últimos lugares, sendo considerado um dos países mais estáveis do mundo. Este resultado encontra correspondência com o registo do *Safety Index 2025 da Global Residence*, colocando Portugal no 22.º lugar do ranking quando falamos em segurança global.

Se existem dúvidas em correlações de outra natureza, aqui não existem dúvidas por parte da literatura científica em ligar o turismo à segurança e aos riscos, sendo este último um importante parâmetro e fator que influi sobre a decisão de escolher um ou outro país como destino, e não é por acaso que Confederação de Turismo de Portugal e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal fazem essa menção nas suas páginas oficiais, integrando invariavelmente os discursos dos seus interlocutores. O turismo em Portugal é hoje, sem margem para dúvidas, um dos maiores fatores de crescimento económico do país, mas que depende, em grande medida, do clima de segurança que se vive e percebe, sendo que esta dependência não tem parado de crescer na última década, podendo, segundo o *World Travel & Tourism Council*, ir além dos 22% ainda nesta década.

A título de exemplo, e podendo reclamar inúmeros estudos nesta área, um recente de 2022, de Morgana Esperança, coloca a Segurança e a Saúde como os mais elevados fatores na escala de um destino turístico, com mais de 76% dos inquiridos a consideraram como Muito Importante a Segurança.

Importância dos fatores	Fatores em consideração	
	Segurança	Saúde
Nada Importante	1%	1%
Pouco Importante	0%	2%
Importante	5%	5%
Bastante Importante	18%	16%
Muito Importante	76%	75%

Mas já antes, num trabalho levado a cabo em 2016, que visou quase 300 entrevistados, todos eles estrangeiros, que estavam a passar férias em Portugal, e a quem foi questionado quais os fatores mais preponderantes na sua tomada de decisão relativamente à escolha do destino a visitar. A segurança ocupou um sólido e inegável fator de decisão e preocupação, a ocupar o lugar cimeiro nas idades mais avançadas (acima dos 60 anos).



As razões que se aplicam para o turismo podem facilmente ser transpostas, por óbvias razões, para quem procura Portugal para viver, trabalhar ou investir, decidindo aí fazer vida, pessoal ou empresarial. Não há por isso qualquer dúvida que a segurança é peça fundamental neste motor de desenvolvimento, não sendo por isso

razoável que se continue a olhar para ela de ânimo leve, ou confiando que as Polícias de Portugal continuarão, como têm vindo a fazê-lo. A dar uma resposta cabal e fundamental para que estes fantásticos índices se mantenham, ainda para mais sem uma verdadeira reforma e melhoria nas condições de trabalho, e sobretudo remuneratórias¹, dos polícias, lembrando que na Europa os seus salários são dos mais baixos de toda a UE, ocupando o penúltimo lugar na proporção com o salário mínimo, e o 3.º pior resultado, com mais de 30% de diferença entre o salário acumulado de um Polícia com a média salarial no país, só ultrapassado pela Grécia com 33.3% e pela Polónia com 37.4%, e bem longe dos 12% da média europeia.

Só podemos, por isso, agradecer aos polícias por terem conseguido manter os níveis de segurança em níveis considerados apetecíveis para olhares externos, ainda que recentemente se observem sinais de alarme resultantes de uma aparente estabilização no crescimento da criminalidade violenta e da perceção de insegurança nacional.

Recentemente várias carreiras, tidas como essenciais para o Estado, viram as suas carreiras e salários serem expressivamente revistas, quer as Forças Armadas, Médicos e [mais recentemente] os Bombeiros com quase 400€ de aumento, e com especial incidência no início das respetivas carreiras. Espera-se, por isso, que as Forças de Segurança sejam consideradas na real medida do que representam para o bem-estar deste país, de quem cá vive, e de quem pretende vir a escolhê-lo como local para viver ou investir. Só assim conseguiremos manter esta marca de qualidade, e para isso precisamos de cativar e atrair as futuras gerações para que queiram [voltar] a abraçar esta nobre, mas esquecida, profissão.

Lembrando o recente *slogan* do Turismo de Portugal, esperamos que o futuro das Forças de Segurança siga o mesmo rumo e que o futuro seja mais esperançoso que o presente: «*Visit Portugal. It's not tourism. It's futourism*».

¹ <https://observador.pt/opiniao/quanto-e-que-os-policias-auferem-na-uniao-europeia/>

2. Considerações Finais

Esta análise reflete um grosseiro paradoxo nas políticas públicas que têm vindo a ser adotadas por parte de sucessivos governos, por um lado robustecer e manter os níveis de segurança, sendo ele um fator imprescindível de sustentabilidade e crescimento económico, de paz social e de bem-estar coletivo, todavia sem tradução na prioridade de tratamento que as Forças de Segurança, seu principal contribuinte, deveriam merecer, começando, desde logo, com os baixos níveis remuneratórios que envergonham quando comparados com os demais 26 Estados Membros da EU. Num período de tamanha e singular instabilidade no tabuleiro geopolítico, com uma procura desenfreada, de cidadãos e empresas do mundo, por territórios mais pacíficos, é bom que Portugal não perca esta grande oportunidade de afirmar-se, ainda mais, como um porto seguro nesta nova ordem mundial.

Referências

- Esperança, M. L. (2022). *Os Fatores de Escolha dos Destinos Turísticos – A Importância do Fator Segurança na Procura Turística*. Dissertação de Mestrado em Turismo. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica de Braga. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/38378/1/203041194.pdf.
- Gonçalves, P. M., Oliveira, A. J. A. & Pereira, O. G. (2016). Segurança como determinante da escolha do destino turístico Portugal. In *Revista Militar* n.º 2578 – Novembro de 2016. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1173>.
- Morales, S. (2002). Análisis del Concepto de Seguridad Turística, Disponível em: <http://www.integrando.org.ar/turismo/seguridad01.htm>.
- OMT – Organización Mundial de Turismo (2004), S.A.F.E.: La estrategia de la Organización Mundial del Turismo sobre fomento de la seguridad y de la facilitación, OMT, Madrid.
- Pizam, A. e Mansfeld, Y. (2006), “Toward a Theory of Tourism Se-

curity”, In Y. Mansfeld e A. Pizam (eds.), *Tourism, Security & Safety: From Theory to Practice*, Butterworth-Heinemann, Oxford, pp. 1-27

Polícia de Segurança Pública (2023). *Balanço Social 2023*. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.psp.pt/Documents/Instrumentos%20de%20Gest%C3%A3o/Balan%C3%A7o%20Social/Balan%C3%A7o%20Social%20da%20PSP%202023.pdf>